



“Sociedades democráticas exigem-nos hipocrisia”: pensando com Nadia Urbinati

URBINATI, Nadia. *A hipocrisia virtuosa*. São Paulo: Editora Unesp, 2025.

Emanuel Freitas da Silva 

emanuel.freitas@uece.br

Universidade Estadual do Ceará - UECE

 10.52521/opp.v23n2.17425

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 12/12/2025

Aprovação do trabalho: 23/02/2026

Publicação do trabalho: 02/03/2026

Os regimes democráticos são mais inclinados ao que se entende, contemporaneamente, como “autenticidade” ou, em certas dimensões, seriam mais próximos de, e exigiriam de seus sujeitos, certas doses de “hipocrisia”? Em caso de a resposta mais apropriada ser a segunda – de que a democracia exige alguns contornos de hipocrisia –, haveria alguma dimensão “virtuosa” nela que a faria elemento constituinte da vida democrática? Por hipocrisia entende-se, comumente, falsidade, fingimento, desonestidade e simulação. Como tais elementos poderiam ser entendidos como constituintes dos regimes democráticos, podendo vir a ser ela – a hipocrisia – entendida mesmo como uma “virtude” à vida democrática? Essa é a questão enfrentada pela cientista política italiana Nadia Urbinati (1945 - ...) em sua primeira obra traduzida¹, por completo, para o português².

A partir de uma análise que cruza filosofia política, teoria democrática e observações sobre a vida cotidiana, a autora desafia o imperativo cultural — e muitas vezes ético — de “dizer sempre o que se pensa”, mostrando como esse ideal absoluto de sinceridade pode deteriorar relações sociais e destruir confiança, em vez de fortalecê-la; ignora que a vida em sociedade exige diplomacia, tolerância e, às vezes, omissão estratégica; subestima a complexidade de relações políticas nas quais discursos e ações nem sempre precisam ser perfeitamente congruentes.

1 Apesar de ser este o primeiro livro traduzido da autora para o português, o público brasileiro já conta com importantes textos seus publicados em periódicos nacionais (Urbinati, 2006, 2013 e 2013a), fazendo dela uma das mais importantes referências da ciência política, especialmente nas discussões sobre representação política e minorias.

2 O público leitor da língua espanhola possui traduções de obras seminais da autora, tais como “Yo, el pueblo: Cómo el populismo transforma la democracia”, “Democracia desfigurada. La opinión, la verdad y el Pueblo”, “La democracia representativa” e “Pocos contra muchos: El conflicto político en el siglo xxi”.

Urbinati cunha a expressão “hipocrisia virtuosa” para esse tipo de hipocrisia que, por meio de autocensura calculada, preserva a convivência, evita conflitos desnecessários e facilita a negociação entre valores divergentes — sem cair em mentiras grosseiras ou manipulações intencionais.

A obra, publicada no segundo semestre de 2025 pela Editora da UNESP, em suas mais de cem páginas da obra (cento e trinta e cinco, precisamente) no conduz à compreensão daquilo que a autora entende como sendo uma das mais importantes, mas negligenciada em termos de análise, dimensões da vida social em regimes democráticos: a ideia de que *há virtude na hipocrisia*, o que significa dizer, como será discutido em toda a obra, que a “sinceridade irrestrita” (o outro nome da “autenticidade”) tão propagada em nossos dias como dimensão essencial da vida em sociedade³ (democrática), por vezes dificulta a sociabilidade democrática por produzir, inevitavelmente, a intolerância.

A obra está dividida em seis partes: “Introdução”, “Entre terra, céu e teatro: breve história de uma palavra”, “Pluralismo e tolerância”, “Postura hipócrita”, “Promessas (frequentemente) não cumpridas” e “O politicamente correto”, seguido das referências bibliográficas. Além disso, o conteúdo da obra é precedido por três citações em epígrafe, das quais destaco uma: “A hipocrisia é uma homenagem que o vício presta à virtude”, atribuída à François La Rochefoucauld (1613-168), um dos mais importantes escritores do chamado “moralismo francês”. É em cima desta ideia do francês, segundo minha leitura, que a autora desenvolve a argumentação central da obra e, penso eu, reside em tal desenvolvimento a principal contribuição da obra para pensarmos o presente e o futuro da democracia, tão ameaçada contemporaneamente por imagens de liberdade e autenticidade que legitimam práticas de exclusão e intolerância bastante difundidas, inclusive em discursos com imunidade parlamentar.

“Dizer aquilo que pensamos, sempre?” é a questão que intitula a “Introdução”. Em dezoito páginas, num texto bastante denso e já com elementos analíticos consideráveis para a reflexão, Urbinati inicia por considerar como haveria uma certa “*incoerência intencional entre pensamento e discurso*” operada pela ideia que temos do que venha a ser a hipocrisia, o que vai de encontro ao imperativo da autenticidade vigente em nosso tempo — daí, uma questão se impõe, de partida, à autora e ao público leitor: “*trata-se, antes, de compreender em quais âmbitos e sob quais limites a hipocrisia pode ser legi-*

3 A ideia, muito difundida em nosso tempo, de que o regime democrático, para se realizar como tal, precisa garantir a total liberdade aos sujeitos a ponto de lhes permitir “serem o que são”, “falarem o que desejam” e sempre exporem, sem restrição de qualquer ordem, exatamente aquilo que pensam e tal como pensam tem sido basilar na sociabilidade contemporânea, permitindo a alguns pesquisadores falarem de regimes de “iliberalismo”, o que ficou muito nítido, no caso brasileiro, por ocasião da pandemia de Covid-19, sobretudo nas diversas declarações do então presidente Jair Messias Bolsonaro, e de seus apoiadores, contra as medidas de restrição, vendo naquelas declarações expressões do que seria a “autenticidade” do líder que não se curvaria ao “sistema”, entendido como “repressor das liberdades” e, exatamente por isso, “inautêntico”. Sobre isso, ver: Mounk, 2019 e Nobre, 2020.

timamente justificada” (p. 16). Ser completamente sincero o tempo todo pode ser destrutivo: se todos expressassem sempre tudo que pensam, muitos laços sociais seriam rompidos, não fortalecidos.

Será na *Introdução* que Urbinati enunciará a tese central do livro, que julgo importante transcrever por completo:

[...] em uma sociedade fundada no respeito ao outro, os indivíduos deveriam ser capazes de exercer certo grau de hipocrisia, reconhecendo que a tensão permanente em torno da autenticidade de princípios e crenças nem sempre favorece aqueles que efetivamente têm princípios e que creem. A hipocrisia pode operar tanto como instrumento quanto como escudo contra o controle. É nesse dualismo que se revela, com nitidez, a vulnerabilidade da condição humana (p. 16-17).

Para Urbinati, urge lançar mão de uma ruptura semântica, e política, com o sentido de hipocrisia enquanto pensada como incoerência ou distância da verdade, como algo no plano da simulação e, portanto, como engano. Se assim o fizermos, compreendermos a dimensão performativa da hipocrisia, que constitui tanto o que se diz quanto a forma como se diz o que se diz. Na vida democrática tal performance se expressaria em situações em que a convivência com os outros exigiria de nós “*a decisão de silenciar ou de não expressar com exatidão o que se pensa ou se deseja comunicar*” (p. 17). Mais do que expressão ininterrupta do sempre falar, do sempre expressar-se, sem nenhum freio ou comedimento (numa espécie de dimensão linguística do hobbesianismo – a fala do mais forte contra as falas outras), o regime democrático seria um espaço em que o silenciar fosse umas das virtudes necessárias à sua própria sobrevivência; quanto mais calados sobre determinados aspectos, quanto mais silentes, em nome da convivência, mais democráticos os sujeitos seriam.

Por isso mesmo é que a autora, lembrando a obra de Alexis de Tocqueville (1805-1859), nos remete ao que seria o “egoísmo bem intencionado”, entendido pelo pensador francês como “*a definição ética dos cidadãos em sociedade democráticas*” (p. 19). A hipocrisia, assim - entendida como ato que nos leva a “morder a língua antes de falar” -, passa a ser compreendida como uma “*prática comportamental voltada à convivência*” (p. 21); o que restaria de nossas sociedades que todos nós fôssemos “autênticos”, não nos restando nenhuma dose de “suporte” (no sentido de “suportar”) aquilo que se pede de nós na convivência com outros? É ela, a hipocrisia, que funciona como “*um primeiro e indispensável degrau na transição entre a intolerância e a aceitação do pluralismo de mundos e modos de vida*” (p.22), diz a autora, lembrando-nos que é no campo dos direitos que melhor podemos compreender a virtude presente na hipocrisia, pois estes, os direitos, “têm duas faces”: são objetos de nossa intolerância (basta pensarmos, por exemplo, naqueles que falam de uma suposta “*onda pet*” para se referir à ampliação dos

direitos de animais em nosso tempo) e dirigem-se a nós mesmos.

Assim, para Urbinati,

[...] a hipocrisia opera como um indicador de maturidade e autogoverno: revela a capacidade de enfrentar conflitos sem recorrer à coerção. Em última instância, o comportamento hipócrita nos permite preservar um bom nível de autodomínio. Trata-se de uma virtude, com frequência, negligenciada ou subestimada em meio ao impulso instintivo de condenar a hipocrisia (p. 25).

Explicando: desacordos sociais, mesmo os mais profundos, podem ser resolvidos se contarem com a virtude da hipocrisia, que nos leva a considerar a vida democrática como plural, diferenciada e, por isso mesmo, preenhe de direitos os mais diversos para os diversos sujeitos e grupos. Falando em termos coloquiais: a vida democrática exige, à medida que se aprofunda, que seus sujeitos façam, cada vez mais, “vista grossa” para muitas coisas, “respirem fundo” e sigam em frente. Assim, nos diz a autora, o “*sentir-se constrangido ao expor em público um preconceito*” (p. 33) que eu carrego comigo na vida privada é uma dimensão importante da vida democrática, o que revela, sem sobra de dúvida, “*a força civilizadora da hipocrisia*”; ela parece nos sugerir, inclusive, que a misoginia pode permanecer enquanto dado estrutural, ou mesmo nos pensamentos – mas, enquanto “*sua manifestação pública tende a constranger quem o expressa*” (idem), pode-se dizer que é aí que reside a dinâmica da “hipocrisia virtuosa”, pois esta é, em certa medida, refém da opinião alheia.

Contudo, ainda na *Introdução*, a autora faz uma admoestação: a hipocrisia como virtude democrática não é o mesmo que a mentira e a dissimulação; ela não visa manipular nem ocultar a verdade – é uma performance de ação, não uma verdade de ação. Para ela, “*o hipócrita preocupa-se, antes de tudo, em preservar um ambiente propício à comunicação*” (p. 29), ou seja, a virtude democrática da hipocrisia nos leva a responder: o que é preciso suportar no interesse da coletividade?

Nesse momento, há uma questão crucial posta pela autora, e diz respeito ao “*combate às desigualdades*” e à suposta supremacia da igualdade enquanto valor democrático: aqueles que defendem a igualdade desejam melhorar sua condição pessoal; mas sabem eles que, em assim sendo, a vida social caminhará rumo à desigualdade? A defesa da igualdade é a defesa do “próprio bem-estar” ou a defesa, pelos indivíduos, da ampliação de “*suas próprias oportunidades*” (p. 30)?

No primeiro capítulo - “*Entre terra, céu e teatro: brevíssima história de uma palavra*” -, Urbinati nos conduz rumo a uma operação de disseção da palavra que dá título à obra: *hipocrisia*, que guarda, desde suas origens do grego, uma estreita relação com a ideia de *atuação*, *simulação* e *dissimulação*, o que permitiu, ao longo do tempo, que o termo também fosse levado a expressar sentidos de *ambiguidade*, *aparência* e *falsidade*. No mundo grego, lembra-nos ela, “*a hipocrisia dizia respeito a uma ação realizada*

em público”, levada a cabo pelo “ator, que desempenhava um papel que os atenienses não consideravam apropriado para os líderes políticos” (p. 40).

A autora parte da discussão do termo entre o mundo do teatro grego (em que o hipócrita era aquele que gostaria de “fazer-se passar por” [p. 40], especialmente no sentido de obter a glória de *outrem*, encenando diversos personagens, sem restar ao sujeito nenhuma veracidade – hoje, diríamos, obter o prestígio e a aprovação que não nos pertence), chega à discussão medieval da hipocrisia enquanto pecado opositor da virtude (a máscara do pecado que deverá ser exposta pela luz de Cristo), até chegar ao sentido moderno da hipocrisia enquanto “*imitação do bem e do justo sem ser uma coisa nem outra*” (p. 60).

A perspectiva historicista dará a tônica dos capítulos 2 a 4, numa série de definições lexicais - que passam pelas ideias de tolerância e prudência como valores da Modernidade, pelo mecanismo da concórdia entre os povos como pilar central de um mundo que foi se pluralizando, pela discussão da difícil relação entre as diversas liberdades foram impondo-se como pilares das formas democráticas de organização social, chegando à discussão da ideia de ator, bem como de encenação e representação, a partir das discussões da teoria política moderna. Tudo para levar o leitor a uma gama de sentidos que o termo “hipócrita” foi assumindo ao longo do tempo, culminando com a importante reflexão acerca dos modos como a compreensão da vida social como regida pelo olhar público acabou por, ao mesmo tempo, exigir a moral da ambiguidade maquiaveliana – a ideia do “parecer ser” -, que precisou ser performatizada/disfarçada em tempos de imprensa e meios de comunicação⁴, dada a visibilidade conferida e cobrada do poder público pelos cidadãos.

Como é possível ser “hipócrita” – no sentido de parecer ser algo que não se é – em tempos de visibilidade do poder público? Bem, para Urbinati, a questão se resolve, modernamente, com uma pequena correção no conselho maquiaveliano: sim, o governante deve “parecer ser” não em busca de enganar o público, mas no sentido de seguir a opinião deste. Enganar o público é “*vestir uma máscara*”; segui-lo é “*encarnar*” a máscara do público (p. 110). Assim, haveriam duas modalidades de hipocrisia: a “*por malícia*”, que visa enganar o público para submetê-lo, própria de “*tiranos, déspotas e corruptos*” (*ibidem*), e a “*por modismo ou conformismo*”, que daria mostras do “*reconhecimento da autoridade pública*”. Este último, por “*medo da opinião pública*”, levado a não remar contra a maré do espírito público de seu tempo, age com precaução e garante a solidez das instituições sociais, sobretudo dos pactos necessários à manutenção da vida democrática.

O último, “*O politicamente correto*”, forma, junto com a *Introdução*, os dois mo-

4 Conforme discussão realizada por Thompson (2014).

mentos mais importantes da obra. Levada à discussão acerca da “*função civilizadora de hipocrisia*” (p. 113), a autora entende o politicamente correto como uma “forma particular de civilidade própria do nosso tempo, e que, exatamente por isso, tem sido alvo de muitas críticas⁵. Para Urbinati, a força civilizadora da hipocrisia, que produz o politicamente correto, consiste num “sistema de constrangimentos culturais e sociais” (p. 121) que evita a coerção nas relações sociais. Vejamos a argumentação em suas próprias palavras:

Quando se veem cercados por quem pensa como eles, os racistas se reconhecem mutuamente e sentem-se legitimados a expor suas ideias, deixando o silêncio de lado. Para eles, a repetição dos discursos equivale à comprovação da veracidade. O racismo estimula a imitação e, por isso, tende a se espalhar. [...] O racista acredita não pecar por hipocrisia (e, de fato, reivindica sinceridade e autenticidade) [...] A vergonha necessidade de evitar linguagem racista em público -princípio fundador do politicamente correto – baseia-se em evidências robustas: o avanço acelerado de comportamentos intolerantes resulta do consentimento, ainda que tácito, dos demais. Se percebo desconfiança ao usar expressões ofensivas diante de outrem, abstenho-me delas. Mas, ao constatar que a maioria compartilha minhas ideias, sinto-me autorizado a verbaliza-las abertamente, sem freios ou sem “medir palavras”: sem hipocrisia (p. 122-123).

Eis o argumento central da obra, que se entende melhor exatamente neste capítulo final: o espaço da tolerância e da convivialidade democrática é, antes de tudo, um espaço de discursos e falas que necessitam de um controle civilizador em prol da existência plural dos sujeitos, portadores de direitos, censura essa que não nega as desigualdades excludentes, mas não as legitima ao vê-las como “problemas” e não como “*opinião a preservar ou promover*” (p. 123). Basta pensarmos nos fenômenos do racismo, da homofobia, da transfobia e da misoginia, por exemplo: quanto mais a linguagem e os termos, seja no cotidiano ou em piadas, for licenciosa com expressões que admitem, reproduzem e legitimam tais práticas, menos a vida social será liberta dos valores, das representações e das próprias condutas que materializam racismo, homofobia, transfobia e misoginia. Daí a autora falar em uma “*estratégia educativa da hipocrisia*”: “*se inicia hipócrita para, sem esforço, terminar respeitosa*” (p. 124).

Feitas essas considerações, resta-me recomendar, expressamente, a leitura da obra, que se destaca, sobremaneira, por provocar uma reflexão sobre um conceito tradicionalmente rechaçado pela ética moral e por teorias políticas modernas – o de hipocrisia, e o faz dialogando com debates contemporâneos, tais como aqueles sobre autenticidade, discurso público, transparência radical e politicamente correto⁶. Por meio

5 Para citar alguns exemplos, no caso brasileiro, temos uma farta literatura dedicada à crítica ao “politicamente correto”, indicando ser ele um agente corrosivo da democracia por limar as liberdades individuais. Sobre isso ver, por exemplo, a discussão feita por Oliveira (2023).

6 Pondo-se, assim, em diálogo com importantes outros autores que discutem tais questões, como, por exemplo: Lipovetsky (2022), Maingueneau (2006) e Han (2017).

da instigante obra aqui resenhada, Urbinati nos lembra que nem sempre o melhor caminho para uma vida política e social saudável é a sinceridade absoluta, uma vez que há um espaço legítimo para formas moderadas de hipocrisia que preservam relações, facilitam a negociação democrática e promovem a estabilidade sem trair os valores fundamentais da convivência civil.

Então, caro/a leitor/a, experimentemos doses diárias de hipocrisia virtuosa. A democracia agradece!

Referências

- LIPOVETSKY, Gilles. *A Sagração da Autenticidade*. Coimbra, Edições 70, 2022.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade da transparência*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da Enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2006.
- MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Editora Companhia das Letras, 2019.
- NOBRE, Marcos. *Ponto final: a guerra de Bolsonaro contra a pandemia*. São Paulo: Todavia, 2020.
- OLIVEIRA, Rodrigo Perez. Os usos abusivos da historiografia profissional pelos negacionismos históricos no Brasil em tempos de crise democrática: o caso do “Guia politicamente incorreto da história do Brasil”. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1–27, 2023.
- THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- URBINATI, Nadia. *A hipocrisia virtuosa*. São Paulo: Editora Unesp, 2025.
- URBINATI, Nadia. O que torna democrática a representação? *Lua Nova*, n. 67, p. 191-228, 2006.
- URBINATI, Nadia. Crise e metamorfoses da democracia. *Revista Brasileira Ciência Política*, v. 28, n. 82, p. 5-16, 2013.
- URBINATI, Nadia. Da Democracia dos partidos ao plebiscito da audiência. *Lua Nova*, n. 89, pp. 85-105, 2013a.